

9. CONTRATO DE COMODATO – MUNICÍPIO DE BRAGA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DE DIREITO REGIONAL E LOCAL - AEDRL:

Submete-se o contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL, referente ao imóvel, sito na Rua Stª. António das Travessas, nº. 26 da União das Freguesias Maximinos, Sé e Cidade, que aqui se dá como reproduzido e transcrito.



António de Almeida.

1609 26

- Minuta -

AEDRL
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS
DE DIREITO REGIONAL E LOCAL

CONTRATO DE COMODATO

PRIMEIRO OUTORGANTE: O Município de Braga, pessoa colectiva nº 506 901 173, com sede na Praça do Município, do concelho de Braga, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Braga, representado pelo seu Sr. Presidente Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, doravante designado por **MUNICÍPIO**;

E

SEGUNDA OUTORGANTE: Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL, pessoa coletiva com o nº 510 621 589, com sede na Rua das Estrelas, nº 16, freguesia de Gualtar, concelho de Braga, representada no presente ato, pelo Presidente da Direção, Doutor António Cândido Macedo de Oliveira;

CONSIDERANDO:

- Que nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constituem atribuições do **MUNICÍPIO** a defesa e prossecução dos interesses próprios dos seus munícipes;

- Que os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios da educação, ensino, formação profissional, cultura e ciência, de acordo com as alíneas d) e e) do nº 2 do referido artigo;

- Que as Câmaras Municipais têm competências para promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, e apoiar atividades de natureza cultural e educativa, nos termos do artigo 33.º, nº 1, alínea u), do RJAL;

- Que a Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL, tem como fim o estudo do direito das autarquias locais no âmbito da organização territorial do Estado, abrangendo ainda o estudo de disciplinas como a ciência política, a ciência da administração, o direito público e em especial, o direito administrativo, o direito tributário e outros ramos do conhecimento relevantes para as autarquias locais;

- Que assim sendo, se revela de grande importância e interesse para o Município de Braga, a presente Associação, tendo em atenção os fins que a mesma prossegue.

É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O **PRIMEIRO OUTORGANTE** é dono e legítimo proprietário do imóvel inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 655, sito na Rua Santo António das Travessas, nº 26, da união de freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, concelho de Braga, melhor identificado no documento 1 e 2 anexos ao presente contrato e que dele fazem parte integrante.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente contrato, o **PRIMEIRO OUTORGANTE** entrega à **SEGUNDA OUTORGANTE** e esta aceita, um espaço no imóvel melhor identificado na cláusula primeira, a título gratuito, para que esta possa instalar a sua sede nacional.

Cláusula Terceira
(Regime de utilização)

1. A **SEGUNDA OUTORGANTE** utilizará o referido espaço para exercer a sua atividade, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **PRIMEIRO OUTORGANTE**;
2. À **SEGUNDA OUTORGANTE** não é permitido arrendar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **PRIMEIRO OUTORGANTE**;
3. Exclui-se do disposto no número anterior a utilização temporária por terceiros, dos referidos espaços do Edifício no âmbito de atividades desenvolvidas por estes em parceria com a **SEGUNDA OUTORGANTE**, no âmbito das suas atribuições.
4. Finda a vigência do presente contrato, a **SEGUNDA OUTORGANTE** deverá entregar ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** os espaços cedidos e os equipamentos em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta
(Obras de Adaptação)

Após competente autorização por parte do **PRIMEIRO OUTORGANTE**, a **SEGUNDA OUTORGANTE** procede por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar nos espaços cedidos, necessárias às ações que resultem da normal prossecução da sua atividade.

Cláusula Quinta
(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete à **SEGUNDA OUTORGANTE** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sexta**(Benfeitorias)**

Todas as benfeitorias, realizadas no imóvel cedido ou nos equipamentos, levadas a cabo pela **SEGUNDA OUTORGANTE** consideram-se nele integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Sétima**(Obrigações)**

1. Na vigência do presente contrato, a **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se:
 - a) assumir os encargos decorrentes das despesas inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
 - b) assumir os encargos decorrentes das despesas da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
 - c) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato;
 - d) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.
2. A **SEGUNDA OUTORGANTE** compromete-se ainda a entregar ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**, cinco exemplares de cada publicação periódica ou monografia que editar.
3. O **PRIMEIRO OUTORGANTE** obriga-se:
 - a) A ceder gratuitamente o espaço no imóvel melhor identificado na cláusula primeira do presente contrato;

Cláusula Oitava**(Prazo)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo-prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovável por igual período, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Nona**(Omissões)**

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

Este contrato foi feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes, após a sua assinatura, com uma cópia do mesmo.

Braga, de setembro de 2016

1º Outorgante

2º Outorgante
